



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS

CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO 01

Candidato: _____

Inscrição: _____ Área acadêmica: _____

Assinatura: _____

INSTRUÇÕES

01. Só abra este Caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
02. Ao abrir este Caderno, confira se ele contém o enunciado da questão discursiva e 05 questões objetivas.
03. Preencha os dados pessoais neste Caderno.
04. Não deixe nenhuma marca neste Caderno de questões que possa identificá-lo, sob pena de nulidade.
05. Nas respostas das questões deste Caderno, utilize apenas caneta esferográfica de cor preta ou azul.
06. Só marque uma resposta para cada questão.
07. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
08. Você terá 02 (duas) horas para responder a todas as questões deste Caderno.



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Critérios básicos de correção:

- Fidelidade à temática escolhida;
- Originalidade;
- Coerência, coesão e clareza na exposição das idéias;
- Atendimento às normas da gramática;
- Atenção ao limite de linhas (30 a 35).



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

PROVA OBJETIVA:

1ª questão: Um cidadão brasileiro, habitante da Região Metropolitana de São Paulo, pretende questionar a realização de gastos efetuados pela Prefeitura da capital paulista com a locomoção e hospedagem de funcionários participantes de evento sediado no Município em que reside, organizado para promover a discussão de políticas públicas de integração dos Municípios da referida região. Nessa hipótese, em tese, o interessado

- a) nada poderia fazer, por não estar legitimado a questionar gastos efetuados por órgãos integrantes da gestão de Município diverso do de sua residência.
 - b) deveria representar ao Ministério Público estadual, para que este promovesse a responsabilidade civil e criminal dos agentes públicos envolvidos, por meio de ação civil pública.
 - c) estaria legitimado a ajuizar ação popular, ficando isento de custas judiciais e dos ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.
 - d) deveria representar ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para que este apurasse a regularidade dos gastos efetuados pela Prefeitura da capital e, se o caso, aplicasse sanções aos agentes responsáveis.
 - e) nada poderia fazer, por ser legítima a realização de despesas para os fins pretendidos pela administração do Município de São Paulo.
-

2ª questão: O princípio constitucional da legalidade em matéria penal:

- a) não vigora na fase de execução penal.
 - b) impede que se afaste o caráter criminoso do fato em razão de causa supralegal de exclusão da ilicitude.
 - c) não atinge as medidas de segurança.
 - d) obsta que se reconheça a atipicidade de conduta em função de sua adequação social.
 - e) exige a taxatividade da lei incriminadora, admitindo, em certas situações, o emprego da analogia.
-



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

3ª questão: São ações constitutivas as que

- a) contenham preceito mandamental.
- b) visam declarar a invalidade dos negócios nulos.
- c) visam a condenação do réu ao cumprimento de uma obrigação pecuniária.
- d) visam a condenação do réu ao cumprimento da obrigação de fazer.
- e) visam anular o negócio jurídico viciado por dolo.

4ª questão: A respeito dos defeitos do negócio jurídico, assinale a opção correta.

- a) É prevista, no Código Civil, a nulidade de pleno direito do contrato celebrado com o vício de lesão.
- b) Anula-se o negócio pela configuração do estado de perigo, ainda que a outra parte não tenha dele conhecimento.
- c) Ainda que o erro não seja escusável, poderá por ele vir a ser anulado o negócio jurídico.
- d) A anulação do negócio por dolo exige a prova do prejuízo.
- e) Tratando-se de fraude contra credores, não pode ser presumida a má-fé do terceiro adquirente do bem do devedor.

5ª questão:

NÃO constitui crime praticado por funcionário público contra a administração em geral

- a) a facilitação de contrabando ou descaminho.
- b) a condescendência criminosa.
- c) o tráfico de influência.
- d) a advocacia administrativa.
- e) o extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento